

RECURSO DE 2021
(da Senhora Daniela do Waguinho.)

Recurso contra a decisão que
declarou a prejudicialidade do PL 3.047/2019
e consequente arquivamento.

Apresentação: 17/08/2021 15:57 - Mesa

REC n.49/2021

Senhor Presidente,

Nos termos do Art. 164, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, venho apresentar o presente Recurso contra a decisão que declarou a prejudicialidade e consequente arquivamento do Projeto de Lei 3.047/2019, de minha autoria – que “Institui o dia 13 de março como Dia Nacional de Luta contra a Endometriose e a Semana Nacional de Educação Preventiva e de Enfrentamento à Endometriose, a ser realizada anualmente na semana que inclui o dia 13 de março”, a fim de tornar a proposição ativa.

JUSTIFICAÇÃO

O PL 6215 de 2013, do Deputado Roberto de Lucena – PODE/SP – que “Institui o dia 8 de maio como o “Dia Nacional da luta contra a Endometriose”, foi apresentado em 28/08/2013. Em sua regular tramitação obteve despacho às Comissões de Seguridade Social e Família e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD). Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II, Regime de Tramitação: Ordinária.

Em 15/04/2015 obteve parecer pela aprovação na Comissão de Seguridade Social e Família – CSSF.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Daniela do Waguinho
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD218526864600>



Em paralelo, em 21/05/2019, foi apresentado o PL 3047/2019, de autoria da Deputada Daniela do Waguinho – MDB/RJ – que “Institui o dia 13 de março como Dia Nacional de Luta contra a Endometriose e a Semana Nacional de Educação Preventiva e de Enfrentamento à Endometriose, a ser realizada anualmente na semana que inclui o dia 13 de março”. A proposta obteve despacho inicial às Comissões de Seguridade Social e Família e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD) - Art. 24, II - Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões.

Em 25/09/2019, o PL 3047/2019 foi aprovado pela Comissão de Seguridade Social e Família – CSSF.

Em 01/10/2019, foi apresentado o Requerimento n. 2542/2019, pelo Deputado Roberto de Lucena (PODE/SP), requerendo a tramitação conjunta dos PLs nº 6.215/2013 e PL nº 3.047/2019.

Em 22/10/2019, foi corretamente indeferido o Requerimento n. 2.542/2019, com fundamento no parágrafo único do art. 142 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, por ser intempestivo. O requerimento foi apresentado depois da aprovação de parecer em comissão de mérito nos dois projetos.

*“Art. 142. Estando em curso duas ou mais proposições da mesma espécie, que regulem matéria idêntica ou correlata, é lícito promover sua tramitação conjunta, **mediante requerimento de qualquer Comissão ou Deputado ao Presidente da Câmara**, observando-se que:*

I - do despacho do Presidente caberá recurso para o Plenário, no prazo de cinco sessões contado de sua publicação;

II - considera-se um só o parecer da Comissão sobre as proposições apensadas.

(Primitivo inciso III renumerado pela Resolução nº 10, de 1991)



Parágrafo único. A tramitação conjunta só será deferida se solicitada antes de a matéria entrar na Ordem do Dia ou, na hipótese do art. 24, II, antes do pronunciamento da única ou da primeira Comissão incumbida de examinar o mérito da proposição.

Em 22/10/2019 foi apresentado o Requerimento de Urgência n. 2751/2019, pelos Líderes, que: "Com base no art. 155 do Regimento Interno, requereram regime de urgência para a apreciação do PL 3047/2019.

Em 27/11/2019 foi aprovado o Requerimento de Urgência n. 2751/2019, alterando a tramitação do PL 3047/2019.

No dia 19/02/2020 foi exarado novo despacho aos Projetos de Lei n. 6.215/2013 e n. 3.047/2019: "Apense-se, nos termos dos artigos 142 e 143 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei n. 3.047/2019 ao Projeto de Lei n. 6.215/2013. Revejo, ainda, o despacho inicial apostado ao Projeto de Lei n. 6.215/2013 para incluir o exame de mérito pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e determinar sua apreciação pelo Plenário sob regime de urgência (art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados). Publique-se. [ATUALIZAÇÃO DO DESPACHO DO PL N. 6.215/2013: CSSF e CCJC (mérito e art. 54 do RICD). Proposição sujeita à apreciação do Plenário. Regime de tramitação: Urgência (art. 155 do RICD)].

Em que pese não tenha ocorrido nenhuma provocação, conforme determina o *caput* do art. 142 do RICD, a Mesa exarou despacho determinando a apensação do PL 3.047/2019, com urgência aprovada, ao PL 6215/2013. Cumpre ressaltar que a tramitação do PL 6215/2013 não era de Plenário, mas ordinária e conclusiva nas Comissões. Uma vez revisto o despacho e ordenada a apensação, o PL 6215/2013 passou a tramitar em regime de urgência e seguir como proposição principal pelo critério da antiguidade.



No mesmo dia em que foi determinada a apensação do PL 3.047/2019 ao PL 6215/2013, as propostas foram inclusas na ordem do dia do Plenário.

O parecer proferido em Plenário pela Relatora, Dep. Marina Santos (SOLIDARI-PI), pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, foi pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa das propostas; e, no mérito, pela aprovação do PL 6215/2013 e do PL 3.047/2019, na forma do Substitutivo apresentado.

Em seguida foi aprovado o Substitutivo ao Projeto de Lei 6.215, de 2013, adotado pela Relatora da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Em consequência, ficou prejudicada a apreciação da Proposição inicial e da apensada. Foi votada a redação final e encaminhada ao Senado Federal.

Na mesma data, houve a desapensação automática do PL nº 3.047/2019, apensado, em face da sua declaração de prejudicialidade, decorrente da aprovação em Plenário do Substitutivo ao Projeto de Lei 6.215, de 2013, adotado pela Relatora da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (Sessão Deliberativa Extraordinária de 19/02/2020 - 9h - 18ª Sessão).

O inciso I do art. 142 do RICD dispõe que *“do despacho do Presidente da decisão de tramitação conjunta caberá recurso para o Plenário, no prazo de cinco sessões contado de sua publicação”*. Esclareço que além da decisão irregular de apensação de duas proposições em conjunto sem a devida provocação - “despacho proferido de ofício - não foi dada a oportunidade de apresentação de recurso, tendo em vista a matéria ter sido inclusa na ordem do dia do Plenário e votada no mesmo dia de exarado o citado despacho.

Cumprе ressaltar que o PL 3.047/2019 teve urgência aprovada pelo Plenário de forma legítima, portanto teria que ter tramitado de forma autônoma e estar ativo. Contudo, o PL 6.215, de 2013, aprovado pelo Plenário, sem ter tido urgência devidamente aprovada, em virtude de uma decisão ilegal de apensação para tramitação conjunta com outra proposta em urgência, está ativo.



Ressalto que se a apensação foi irregular, o PL 6.215/2013 foi votado em Plenário sem estar em regime de urgência, o que implicaria em necessidade de anulação da votação que ficou contaminada.

Por tudo isso, no intuito de corrigir erro regimental da Mesa Diretora sem a necessidade de anulação de todo o processo de votação, requeiro o desarquivamento e a reversão da decisão de prejudicialidade do PL 3.047/2019, para seguir com a tramitação ativa, juntamente com o PL 6.215/2013.

DEPUTADA DANIELA DO WAGUINHO

MDB/RJ



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Daniela do Waguinho
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD218526864600>

